

## Para além da obra da juventude de Lukács (ou a ainda desconhecida *Ontologia*)

Álvaro Martins Siqueira<sup>1</sup>

Sávio Freitas Paulo<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é avaliar e contestar os motivos levantados por István Mészáros para que a ética de György Lukács seja rejeitada. O argumento está dividido em quatro partes. Na primeira parte, contra a ideia de que Lukács nutre um otimismo ético e que o trabalho representa uma nova identidade entre sujeito e objeto, discutimos o escopo geral de sua ontologia e o papel que o trabalho assume nela. Na segunda, desenvolvemos alguns elementos da teoria do estranhamento lukácsiana. Na terceira, mostramos como o agir teleológico é condicionado ao campo de ação de possibilidades e às relações “sob pena de ruína”. Na quarta, sustentamos que Lukács adota uma postura crítica contra o stalinismo durante a vigência do próprio regime, e mais ainda depois dele. Todas as seções sugerem que as discordâncias de Mészáros caminham lado a lado com incompreensões, principalmente sobre a obra ontológica de Lukács. Com isso concluímos que a obra considerada “madura” do filósofo ainda é desconhecida até por intelectuais próximos a ele, e que a crítica do modo de produção capitalista pode se beneficiar de uma leitura que vá além das obras da juventude de Lukács.

**Palavras-chave:** Ontologia social; Ética; Trabalho; Estranhamento; Stalinismo.

### Beyond Lukács's early writings (or the still unknown *Ontology*)

**Abstract:** The purpose of this article is to evaluate and contest the reasons put forward by István Mészáros for rejecting György Lukács' ethics. The argument is divided into four parts. In the first part, against the idea that Lukács nurtures an ethical optimism and that labor represents a new identity between subject and object, we discuss the general lines of his ontology and the role that the labor plays in it. In the second part, we develop some elements of Lukács' theory of estrangement. In the third, we show how teleological behavior relates to concrete determinations such as the field of possibilities for action and the “under risk of decay” relations. In the fourth part, we argue that Lukács adopts a critical stance against Stalinism during the regime's period, and even more so after it. All sections suggest that Mészáros' disagreements go side by side with misunderstandings, mainly about Lukács' ontological work. We conclude that the philosopher's considered “mature” work is still unknown – even to intellectuals close to him – and that the critique of the capitalist mode of production can benefit from insights that goes beyond Lukács' youthful works.

**Key-words:** Social ontology; Ethics; Labor; Estrangement; Stalinism.

**Classificação JEL:** B51, P10, Z13

**Área temática 4:** Teoria do valor, capitalismo e socialismo.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Economia na Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ontologia Crítica (GEPOC), ambos da UFF. Bolsista FAPERJ doutorado nota 10. E-mail: alvaromartins@id.uff.br.

<sup>2</sup> Doutorando em Economia na Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ontologia Crítica (GEPOC), ambos da UFF. Bolsista CAPES. E-mail: savio.freitas37@gmail.com.

## Introdução

Na última década de sua vida, o pensador marxista György Lukács troca correspondências com diversos intelectuais, além de manter vivo o debate com seus discípulos pertencentes à usualmente chamada “Escola de Budapeste”. Era do interesse de Lukács debater o conteúdo dos manuscritos da *Ontologia*<sup>3</sup>, que só seria publicada postumamente, e que serviria de base para uma *Ética*, esta última jamais escrita pelo autor. Além de Agnes Heller, Ferenc Fehér, György Márkus e Mihály Vajda<sup>4</sup>, cabe destacar a relação de Lukács com o importante marxista húngaro István Mészáros, que deixou um legado teórico volumoso e bastante significativo na direção da necessária renovação do marxismo, defendida por Lukács face à vulgarização stalinista. Mas não são poucas as críticas que Mészáros faz a seu antigo mestre, sobretudo em *Para além do capital*. Neste artigo vamos tomar essas críticas como ponto de partida para uma exposição e avaliação da obra deixada por Lukács em seus últimos anos de vida.

Mészáros (1930-2017), assim como Lukács, nasceu em Budapeste e vivenciou um atribulado período histórico na Hungria: desde a aliança com a Alemanha nazista para a conquista dos povos eslavos (1939-1945), passando pela derrota dessa frente para a URSS e a consequente instauração de uma democracia popular revolucionária, até o estabelecimento de uma ditadura de caráter stalinista em 1949 (Del Roio, 2017, p. 2). A partir do pós-Segunda Guerra, Mészáros aprofunda seus estudos na filosofia marxista, tendo Lukács como orientador. De acordo com Del Roio (ibidem), era provável que Mészáros substituísse Lukács em seu posto na Universidade de Budapeste, mas a crise stalinista que ocorre após a divulgação do relatório Krushev, em 1956, mudaria a situação de ambos. Lukács foi deportado para a Romênia, voltando para a Hungria logo após o apaziguamento da condição política em seu país natal – o que não impediu que o autor continuasse a sofrer ataques de opositores políticos e intelectuais até a sua morte; já Mészáros vai primeiramente para a Itália e depois se estabelece no Reino Unido. Contudo, o contato entre ambos pensadores nunca cessou, seja por meio da troca de correspondências ou em encontros ocasionais, ocorridos em eventos acadêmicos e

---

<sup>3</sup> Aqui considerando os dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* (Lukács, 2012; 2013) e os *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (Lukács, 2010).

<sup>4</sup> Esses autores fizeram parte da esfera de convívio profissional e pessoal de Lukács. De todo modo, é no mínimo curioso o fato de que redigiram em conjunto um artigo polêmico (e problemático), extremamente crítico às teses de Lukács desenvolvidas na *Ontologia*, intitulado *Notes on Lukács' Ontology* (1975). Tertulian (1996, p. 54) destaca que essas notas críticas “criaram um clima bastante desfavorável no confronto com a obra póstuma lukacsiana, sobretudo num momento em que o leitor não tinha ainda qualquer possibilidade de tecer seu próprio julgamento sobre a obra. O texto integral da *Ontologia* ainda não havia sido publicado: a tradução italiana da segunda parte – a mais importante – só apareceu em 1981 e a versão original, a alemã, que incluía também os *Prolegômenos*, ainda mais tarde, em 1984 e 1986. Em tais circunstâncias, a precipitação de tomar conhecidas tais *Anotações* só se explica pelo desejo dos autores em ressaltar, a todo custo, o seu rompimento definitivo com aspectos essenciais do pensamento do seu mestre”.

políticos. Por isso, por mais que haja diferenças no argumento dos autores, é evidente que Lukács influenciou a produção teórica de Mészáros.

Mészáros escreveu obras importantes ao menos desde a década de 1960, das quais podem ser mencionadas a conhecida *A teoria da alienação em Marx* (2006 [1970]) e *O conceito de dialética em Lukács* (2013) – escrita entre 1967-8 e publicada originalmente em 1972. Nesta última obra, o autor discute a originalidade e a evolução que a “dialética” adquire nos textos de Lukács durante sua extensa trajetória política e intelectual. Contudo, reconhece no prefácio dessa obra que a análise proposta, marcadamente biográfica sobre Lukács, não estaria completa sem incorporar profundamente os argumentos da última obra lukácsiana, sendo que as vagas referências feitas à problemática ontológica – aspecto distintivo da teoria do velho Lukács – são retiradas apenas de suas entrevistas. De todo modo, é na monumental *Para além do capital* (2002 [1995]) que Mészáros dialoga de forma crítica (e polêmica) com as teses desenvolvidas por Lukács desde a sua juventude pré-marxista até o fim de sua vida, evidenciando uma série de contrapontos em relação à resolução ética/ontológica lukácsiana.

Em *Para além do capital*, o autor busca determinar as especificidades assumidas pelo caráter incontrolável do capital em sua relação com o Estado e o conjunto da vida social. Mészáros oferece uma leitura na qual o Estado funciona como garantidor da hierarquia social geradora do estranhamento e da exploração (Del Roio, p. 4). Como esclarece Oliveira (2021, p. 36-7), nessa obra, o filósofo húngaro pretende capturar as determinações mais íntimas do capitalismo pós-1970, evidenciando que a incontrolabilidade proveniente do movimento de acumulação esbarra em limites absolutos, o que caracterizaria a crise estrutural do capital – desencadeadora de efeitos devastadores para o metabolismo entre seres humanos e natureza em tempos em que o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas aparece como entrave para o processo de expansão do capital.

Todo esse argumento é construído com base em uma leitura crítica do Estado, incluindo as formas que emergem das experiências socialistas, sobretudo a stalinista. Nesse sentido, são muitos os interlocutores de Mészáros, sendo que a Lukács são abertamente dedicados nada menos do que cinco capítulos inteiros. É sobretudo no último deles que Mészáros se debruça sobre as teses da *Ontologia*, com objetivo de evidenciar problemas ético-filosóficos que acompanham Lukács desde sua “juventude romântica” até a maturidade teórica. Assim, parece importante resgatar os principais argumentos críticos de Mészáros como forma de compreender sua leitura sobre os postulados presentes na última obra de Lukács.

Para isso, dividiu-se este texto em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são discutidos os problemas apresentados na crítica de Mészáros sobre o

suposto “otimismo ético” de Lukács. Na segunda, contestamos as críticas de Mészáros à teoria do estranhamento lukácsiana. Na terceira seção, apresentamos como se vinculam o agir teleológico e o surgimento de determinações concretas, relação pouco compreendida por Mészáros. E, por fim, na quarta seção, defendemos Lukács de ter adotado uma postura pouco crítica em relação ao stalinismo, como busca sustentar Mészáros.

### **1) O suposto otimismo ético de Lukács e problemas da categoria trabalho na *Ontologia***

O eixo central da crítica de Mészáros a Lukács se refere a manutenção de alguns elementos ético-filosóficos relacionados ao caminho para a emancipação humana, perseguidos por ele desde a juventude. O argumento de Mészáros, ao nosso ver, pode e precisa ser dividido em pelo menos duas linhas, que serão discutidas nesta seção: i) há, em Lukács, uma espécie de otimismo romântico quanto ao papel da esfera ética na emancipação humana e ii) essa atitude é mantida – e até se acentua – no fim da vida do autor com sua obra ontológica. O objetivo desta parte do artigo é defender que, ainda que Mészáros ofereça argumentos convincentes para i), podemos levantar motivos para recusar a proposição ii). Diante da volumosa e instigante obra de Mészáros, que em várias ocasiões se debruça sobre as questões que este artigo visa discutir, foi preciso reduzir a análise a momentos específicos e, esperamos, representativos de seu argumento.

Em primeiro lugar, Mészáros oferece uma crítica das obras da juventude pré-marxista de Lukács: *A alma e as formas* e *A teoria do romance*. O autor destaca que a primeira dessas obras, em especial o ensaio “A metafísica da tragédia”, nela contido, expressa o idealismo extremamente acentuado e paradoxal do jovem Lukács, que muito embora estivesse, no fundo, inconformado com a situação concreta de seu tempo, só era capaz de exprimir suas contestações no plano ético abstrato. Os limites da perspectiva lukácsiana são destacados por Mészáros: tanto a defesa de uma individualidade levada ao extremo, quanto a visão determinista de história. Ambos seriam, segundo ele, derivados da concepção de Lukács sobre uma metafísica da tragédia (Mészáros, 2002, p. 352-3). Nesse contexto, afirma, Lukács formulava uma ética ausente de dimensão histórica, sem objeto e inaplicável, cuja “força” seria presumidamente independente de essa ética ser ou não realizável (Mészáros, 2002, p. 357).

Com *A teoria do romance*, Lukács teria sido capaz de romper em parte com esse discurso filosófico, oferecendo um quadro de referência “mais tangível e de intenção mais radical”, ainda que utópico. Essa obra foi escrita no início da Primeira Guerra Mundial, o que estimulou Lukács a formular sua ética como uma ética “de esquerda”: não era mais possível, conforme apontavam suas conclusões da *A alma e as formas*, “esquecer a existência de tudo que fosse problemático” (Lukács apud Mészáros, 2002, p. 358). Lukács agora, em lugar de uma “rebelião ética, ainda vaga e sem direção, que lentamente emergia” (Mészáros, 2002, p. 356), assumiu uma ética de esquerda

combinada com uma epistemologia de direita, como o próprio autor veio a diagnosticar posteriormente<sup>5</sup>.

Mas Lukács só conseguiu conceber caminhos concretos para que o indivíduo se apropriasse da história ao testemunhar a Revolução de Outubro, dois anos após finalizar a redação de *A teoria do romance*. Pela primeira vez Lukács visualizava uma saída não-abstrata para a crise. Ela ocorreria através “da intervenção consciente de um sujeito histórico tangível no processo histórico real” (Mészáros, 2002, p. 359). Essa visão foi expressa, como se sabe, em sua famosa *História e consciência de classe* (daqui em diante *HCC*). Mészáros, por um lado, reconhece o mérito de Lukács por ter investigado na referida obra a “‘estrutura ideológica fundamental do capitalismo’ e as formas mais abstratas de consciência que dela emanam” (Mészáros, 2002, pp. 361), já que sem uma crítica precisa sobre a ideologia dominante seria impossível empreender as tarefas históricas específicas capazes de objetivar a emancipação.

Contudo, Mészáros destaca diversos aspectos problemáticos dessa obra no que diz respeito ao “caminho da emancipação”. Um deles é que para solucionar a “crise ideológica” do proletariado internacional – em grande medida derivada da problemática práxis adotada pela Segunda Internacional –, Lukács atribui ao Partido Comunista e aos “intelectuais responsáveis comprometidos política e moralmente” (ibidem, p. 367) a função messiânica de vanguarda da revolução. Além disso, Mészáros destaca o fato de que *HCC* representou teoricamente, no plano histórico, os anseios despertados pela perspectiva de revolução na Rússia, um país extremamente atrasado e considerado o “elo mais fraco da corrente”<sup>6</sup>. Esta situação impôs a Lukács, na avaliação de Mészáros, um dilema: ele só foi capaz de superar o “pessimismo romântico” exaltador da tragédia das obras anteriores com a adoção de um “otimismo romântico” messiânico em *HCC* (Mészáros, 2002, p. 83).

Na leitura de Mészáros, o problema presente nos textos da juventude de Lukács se refere precisamente a forma como a superação do estranhamento é conjecturada pelo jovem Lukács: trata-se, por um lado, de o indivíduo assumir compromissos éticos em prol da superação do estranhamento. Por outro lado, caberia ao Partido ser o guardião desse valor moral capaz de orientar a classe trabalhadora sobre as tarefas necessárias à emancipação, exercendo contrapeso aos estranhamentos gerados pela sociabilidade do capital (Mészáros, 2002, p. 368). Uma formulação muito clara deste ponto de vista também se encontra no ensaio *Tática e ética*, de 1919. Até aqui as críticas de Mészáros parecem convincentes, e encontram certo respaldo tanto na avaliação dos comentadores quanto nas avaliações do próprio Lukács. Contudo, um problema, ao nosso ver, da argumentação de Mészáros, é que ele parece transpor inadvertidamente essas mesmas atitudes para o final da vida do autor,

---

<sup>5</sup> No prólogo de 1962 de *A teoria do romance*, Lukács avalia a obra como “síntese de ética de esquerda e epistemologia de direita” (Lukács apud Vaisman, 2005, p. 304).

<sup>6</sup> Uma expressão formulada originalmente por Lenin. Muito usada por Mészáros (2002) para indicar a inspiração leninista de Lukács.

sustentando que uma similar sobrevalorização da ética seria mantida até *Para uma ontologia do ser social* e nas notas preparatórias da *Ética*.

Por exemplo, Mészáros afirma que a “A metafísica da tragédia” expressa uma visão trágica sobre a conexão entre necessidade histórica e a luta pela individualidade, que foi o pano de fundo para a adesão de Lukács ao marxismo, e diz que essa mesma visão trágica “jamais o abandonou” (Mészáros, 2002, p. 354). Mais adiante, Mészáros afirma que Lukács continuou a defender transformações no modo de viver por meio da intervenção ética de maneira “tão forte quanto antes, ainda que [essa defesa] tivesse que soar tão abstrata como nunca nos últimos anos de sua vida” (Mészáros, 2002, p. 372).

Entendemos, ao contrário, que a superação do estranhamento formulada na *Ontologia* é bem menos estreita que a polêmica concepção presente em *HCC* – a próxima seção do artigo trata sobre esse assunto. Mas parece-nos razoável dizer desde já que Lukács efetivamente abandonou suas visões trágicas da juventude e que, além disso, as concepções sobre ética deixadas por ele na *Ontologia* possuem um fundamento filosófico realista, diferentemente das formulações em abstrato que marcaram sua juventude. O fato é que, para Mészáros, o argumento da *Ontologia* essencialmente preserva os elementos negativos presentes nos primeiros textos filosóficos de Lukács, sobretudo no que se refere ao aspecto da ética enquanto mediadora de um agir humano que supere a genericidade em-si. Nas palavras do autor:

Em sua *Ontologia do ser social*, assim como nos delineamentos fragmentários de sua *Ética*, ele se apoia – esperança sem esperança – no poder postulado da “ética como mediação”, reafirmando sua eficácia na ausência de forças sociais identificáveis e de movimentos políticos viáveis engajados na luta para romper o círculo vicioso das mediações de segunda ordem do capital. Foi assim que a comovente preocupação de Lukács com a “tragédia na esfera do ético”, que defronta diretamente o indivíduo, teve neste sistema sua última palavra (ibidem, p. 369, grifos no original).

Mészáros defende, portanto, que em sua fase de maturidade Lukács conserva – e aprofunda – o mesmo otimismo romântico quanto a esfera ética, reiterando em diversas ocasiões que a concepção lukácsiana de “ética como mediação” faz com que o autor precise considerar secundários ou irrelevantes os estranhamentos. Contra isso argumentamos que, ao menos no plano da *Ontologia*, Mészáros parece não levar em conta os objetivos principais de Lukács, a gênese do ser social e os apontamentos reiteradamente provisórios para a *Ética*: para ele, parece tratar-se de uma teoria pronta e acabada, compromissada exclusivamente com o entendimento da sociedade capitalista contemporânea.

Mészáros alega que seu antigo mestre se vê obrigado a abstrair da realidade do processo de trabalho sob o comando do capital para poder afirmar que um aspecto importante e permanente do processo de trabalho são as alterações que o trabalho faz surgir no indivíduo, entre elas o controle dos instintos, das emoções *etc.* Ao contrário do que ele considera, Lukács não está ainda, ao menos no

capítulo sobre o trabalho, que é o alvo dessa crítica de Mészáros (2002, pp. 448-90), tratando diretamente da moderna sociedade capitalista.

Neste contexto, Lukács tem como referente concreto principal a história remota da humanidade, cronologicamente muito antes do capitalismo. Isso porque esses estágios da humanidade são os que melhor podem iluminar o salto ontológico da existência inorgânica e orgânica para uma existência propriamente social – esse sim, um dos grandes objetivos da *Ontologia* de Lukács<sup>7</sup>, mas que Mészáros não considera nessas passagens. Para compreender a gênese do ser social, afirma Lukács,

A maior aproximação possível nos é trazida, por exemplo, pelas escavações, que lançam luz sobre várias etapas intermediárias do ponto de vista anatômico-fisiológico e social (ferramentas etc.). O salto, no entanto, permanece sendo um salto e, em última análise, só pode ser esclarecido conceitualmente através do experimento ideal a que nos referimos (Lukács 2013, p. 43).

Neste capítulo inicial do segundo volume da *Ontologia*, a principal abstração feita é quanto a outros complexos que também são constitutivos da socialidade desde seu surgimento, especialmente a linguagem. Aqui o papel da sociedade capitalista é no sentido de oferecer a chave analítica para a compreensão de períodos menos complexos, porque não seria possível identificar um ponto exato na história, com dia, mês e ano, para o salto ontológico – mas isso certamente ocorreu cronologicamente antes da consolidação da sociedade capitalista, de modo que não faz sentido criticar este âmbito da análise lukácsiana por desconsiderar ou abstrair das condições específicas do capitalismo.

Só em capítulos posteriores é que Lukács toma o capitalismo moderno como referente empírico direto. Além disso, mesmo quando o filósofo aborda questões de fato relativas ao capitalismo, muitas vezes trata-se mais de um expediente ilustrativo do que um tratamento específico e centrado na sociedade capitalista: a *Ontologia* não tem como objetivo principal explicar a existência social sob o capitalismo, e sim apreender o que for possível da existência social em geral, ainda que, para isso, seja necessário, evidentemente, compreender muitos aspectos característicos e exclusivos da sociedade capitalista.

Pode-se dizer que o mesmo vale para o intuito de Marx ao analisar a economia da Inglaterra do século XIX: seu objetivo era compreender a sociedade capitalista em geral, e para isso não poderia deixar de compreender a situação particular da Inglaterra enquanto país com as relações capitalistas mais desenvolvidas. Um argumento sobre o papel da sociedade capitalista como caso clássico no plano de uma teoria sobre a sociedade em geral foi levantado recentemente por Bonente e Medeiros

---

<sup>7</sup> É de conhecimento geral que Lukács queria escrever uma *Ética* depois de sua *Estética*, mas ele se deu conta de que uma concepção sobre o agir ético, para que não fosse idealista como suas obras da juventude, exigiria uma concepção concreta sobre o sujeito que age, isto é, uma ontologia do ser social. Procurando extrair essa ontologia dos escritos de Marx, ele se deu conta de que uma apreensão concreta do ser humano não pode ser feita sem conceber uma série de categorias que são necessárias para a existência desse ser. Ou seja, que a ontologia do ser social pressupõe, por sua vez, uma ontologia geral, incluindo também as esferas do orgânico (animais e plantas) e inorgânico (processos físico-químicos).

(2022), que acrescentam, contudo, que de fato Lukács não oferece a seu leitor indicações suficientemente claras sobre isso<sup>8</sup>.

Por um lado, portanto, Mészáros não distingue com muita atenção esse sentido geral da obra ontológica de Lukács, o que torna frágil uma parte da sua crítica quanto ao fato de Lukács não considerar aspectos desenvolvidos e opressivos próprios do capitalismo (as “relações tirânicas do capital”). Por outro lado, é sim preciso que uma análise do porte da que oferece Lukács seja capaz de dar conta dos aspectos específicos do capitalismo. Mas Mészáros também deixa escapar aspectos importantes nesse sentido, como a teoria do estranhamento, como veremos na seção seguinte. Mas o fato é que Mészáros afirma que abstrair do papel desempenhado pelo capital na configuração do trabalho é um expediente necessário para que Lukács sustente a viabilidade da sua ética e, mais do que isso, uma reformulação da identidade sujeito-objeto de *HCC*. Em suas palavras, essa abstração

é necessária para os próprios objetivos de Lukács, inseparáveis do papel que ele deseja atribuir à ética. Nesse contexto, ele realiza seu objetivo teórico 1) ao descrever “o sujeito que trabalha” como trabalho em geral (ou a raça humana em si, identificada sem problemas com seus membros individuais), e 2) ao apresentar a forma de consciência – tal como em História e consciência de classe onde, como vimos, o proletariado poderia ser tratado como consciente mesmo quando “completamente inconsciente” – que pode ser rapidamente conciliada, na busca do nobre objetivo ético, com a ausência real de consciência. (Mészáros, 2002, p. 489)

Em primeiro lugar, não é difícil perceber que a identificação sugerida entre o “trabalho em geral” com “o sujeito que trabalha” seria uma formulação para a nova identidade sujeito-objeto que Mészáros quer atribuir a Lukács. O que significaria que este último não superou as próprias concepções hegelianas apresentadas em *HCC*. Para Mészáros, na *Ontologia*, o trabalho, categoria fundante do ser social, foi tomado por Lukács como “sujeito-objeto idêntico do mundo da postulação teleológica” (Mészáros, 2002, p. 488).

Todavia, é importante contrapor a ideia de que o trabalho se apresenta como sujeito-objeto idêntico na *Ontologia*. Seria possível mostrar como Lukács rejeita essa ideia de identidade em sua crítica à “falsa ontologia” de Hegel. Mas é preferível, ao nosso ver, apresentar o significado, para Lukács, da relação (e separação) entre sujeito e objeto em seus contornos gerais. Na linha do que apresentam Duayer, Ecurra e Siqueira (2013, p. 20-1), para que o trabalho exista enquanto categoria que diferencia o ser social dos demais seres orgânicos, é necessário que haja uma *separação* entre sujeito consciente e o objeto (o mundo). Isso porque somente esse distanciamento permite que o sujeito seja capaz de, através do ato do pôr teleológico, pôr uma finalidade, i.e., realizar algo no mundo que seja distinto das legalidades que naturalmente se apresentam. Cabe ao sujeito pensante conhecer as causalidades presentes nos processos puramente naturais e, no âmbito de suas necessidades, utilizar conscientemente do trabalho para a criação do novo. Nesse sentido, o trabalho

---

<sup>8</sup> “Mais do que isso, Lukács deveria ter alertado o leitor que o capitalismo está para a sua *Ontologia* como a Inglaterra está para *O capital* de Marx: trata-se do caso clássico, isto é, da forma mais desenvolvida do objeto em análise, razão pela qual é tomada como referente empírico do argumento” (Bonente e Medeiros, 2022, p. 12).



representa a categoria mediadora por excelência de sujeito e objeto, cujo *distanciamento* explicita o característico do ser social na realidade: a formação de uma consciência não mais epifenomênica (Lukács, 2013, p. 63).

Resgatando um argumento dos *Prolegômenos*, também é possível compreender o modo como Lukács percebe a relação entre aspectos subjetivos e objetivos na conformação de uma práxis peculiar do ser social no mundo. Ao tratar das chamadas categorias modais, mais especificamente da possibilidade, Lukács revela que todo pôr teleológico realizado pelo sujeito refere-se à uma escolha entre duas ou mais alternativas e a sua realização prática<sup>9</sup>, isto é, trata-se da execução objetiva de algo, tendo em vista a possibilidade escolhida (Lukács, 2010, p. 209). Desse modo, Lukács é capaz de defender que somente na esfera social é possível falar sobre o surgimento do “par opositivo sujeito/objeto”.

Como esclarece Araújo (2023), para Lukács, a práxis do trabalho é orientada para a transformação de determinado objeto que já existe na natureza enquanto ser-em-si. É através do trabalho que os seres humanos são habilitados a realizar variados tipos de objetivação<sup>10</sup>. Os objetos que derivam dessa dinâmica se tornam socialmente úteis, mas é na consciência dos produtores que um vir-a-ser para-nós desses objetos pode ser formulado e obtido (Araújo, 2023, p. 3). Contra o argumento de Mészáros, portanto, é possível perceber que por mais que os momentos subjetivos e objetivos que atravessam o agir dos seres humanos estejam inseparavelmente ligados pela práxis do trabalho, não seria correto afirmar que esses momentos representam uma identidade no sentido hegeliano, e é ainda mais difícil sustentar que Lukács oferece um argumento constituído de tal forma para explicar o trabalho em sua *Ontologia*.

Concluimos que Mészáros, em sua interpretação, deixa de identificar aspectos essenciais na formulação madura de Lukács sobre a categoria trabalho, alegando que a concepção de seu antigo mestre não passa de uma “verdade abstrata”, um recurso teórico necessário para que Lukács afirmasse o papel da ética na superação do estranhamento. Ao contrário do que sustenta Mészáros, buscamos defender que a categoria do trabalho, tal como apresenta Lukács, é apresentada desde sua gênese e busca compreender as características fundantes e gerais em diferentes formações sociais, não circunscrevendo sua análise à sociedade do capital. Também parece ser possível sustentar que a compreensão do trabalho como uma identidade sujeito-objeto, em conjunto com a rejeição deste fundamento é, no máximo, um recurso necessário para que Mészáros reivindicasse a inutilidade de mobilização do plano ético defendida por Lukács.

---

<sup>9</sup> Conforme veremos melhor na terceira seção deste artigo.

<sup>10</sup> “Sabemos que na realidade da prática do trabalho, objetivação e alienação são inseparáveis: ao efetivar a prévia ideação o produtor objetiva e aliena simultaneamente” (Araújo, 2023, p. 3).

## 2) Problemas na solução lukácsiana do estranhamento

Como indicamos na última seção, Mészáros passa ao largo das considerações de Lukács sobre a dinâmica dos estranhamentos. O primeiro desses autores atribui ao segundo, por isso, uma visão romântica sobre as possibilidades de superação dos estranhamentos. Mas aqui temos como objetivo rejeitar essa proposição, enfatizando, por exemplo, que a superação de um estranhamento frequentemente traz consigo outros (e até piores) estranhamentos – ao contrário de uma suposta noção de superação definitiva do estranhamento.

Antes de mais nada, para Lukács, os estranhamentos (no plural) tem por base o antagonismo entre o desenvolvimento das capacidades sociais e o desdobramento da personalidade (Lukács, 2013, p. 582) o que, em outras palavras, significa dizer que os estranhamentos são movidos por momentos em que conquistas sociais se dão às custas da degradação de seus indivíduos, e vice-versa. Mas, além disso, na análise de Lukács o estranhamento (no singular) se trata, também, de um complexo de opressões que faz parte do ser social, com avanços, recuos, desenvolvimentos contraditórios *etc.* Por exemplo, do ponto de vista histórico Lukács ressalta que a superação de estranhamentos específicos não é garantia de sua absoluta eliminação. Ao contrário,

Certamente desapareceram muitas coisas que, nos tempos passados, produziram reificações e estranhamentos. Sobretudo – pelo menos nos países civilizados – desapareceu a predominância da miséria brutal e do sobretrabalho antropofágico com o auxílio dos quais Marx há mais de cem anos deu evidência aos problemas do estranhamento. Porém, os estranhamentos que passaram para o segundo plano foram substituídos por novos, a brutalidade manifesta daqueles atenuou-se, mas apenas para dar lugar a uma brutalidade aceita “voluntariamente” (Lukács, 2013, p. 725).

Ainda que passemos por tempos nos quais a “brutalidade manifesta” não pareça se atenuar em absoluto, o importante a reter é que Lukács concebe uma linha evolutiva complexa para os estranhamentos. Contudo, ele também considera que é um erro confundir o estranhamento com uma condição humana perene. Os estranhamentos podem ser clara e concretamente descritos no cotidiano das pessoas, ainda que também nunca seja possível atribuí-los a um plano supostamente individual: a luta de uma mulher contra violência não se trata de um problema individual, o racismo é uma questão estrutural, e assim por diante. Ao menos na concepção de Lukács, o estranhamento não é, por um lado, uma condição supra-histórica, e nem é um fenômeno “puramente” individual, pois em todos os casos ele ocorre sob certas condições sociais, e os indivíduos, como ele costuma afirmar, sempre oferecem respostas a problemas que são postos no plano social. Trata-se, em síntese, de um fato social que possui a qualidade de se manifestar aos indivíduos num nível individual e concreto (Araújo, 2023, p. 5). Algo decisivo para a teoria do estranhamento de Lukács, e que Mészáros não observa adequadamente, é que para o autor da *Ontologia*, se trata de um problema que aparece aos indivíduos como pluralidade:

Com tudo isso, aclara-se para nós o caráter histórico, processual do estranhamento e sua superação (subjéctiva, consciente). Porém, compreender adequadamente esse fenômeno implica entender que estranhamento no singular representa apenas um conceito teórico puramente abstrato, noção que já está objetivamente implícita nela. Se quisermos penetrar intelectualmente até o seu ser autêntico, temos de chegar à compreensão de que o estranhamento como fenômeno real do ser social real só pode aparecer na forma da pluralidade (Lukács, 2013, p. 607).

Além disso, os estranhamentos singulares, na visão de Lukács, são capazes de assumir uma aparência de autonomia tão significativa que não é raro que os indivíduos, ao se opor a algum(ns) estranhamento(s), acabem aceitando de maneira incontestada outros estranhamentos. Portanto, trata-se de um argumento que passa muito longe da ideia de que o combate aos estranhamentos individuais assegura, por si só, a “vitória” ou “o sucesso da luta contra o poder [do estranhamento]” (Mészáros, 2002, p. 490). Seria possível, ainda nessa linha de argumentação, desenvolver sobre a compreensão de Lukács acerca de um campo de ação concreto de possibilidades, e como esse conceito também confere a seu argumento uma orientação realista – e não romântica. Reservamos a apresentação desse conceito para a próxima seção, onde será importante enfatizar como os indivíduos, para Lukács, sempre se defrontam com condições concretas ao tomar decisões alternativas.

Parece-nos mais produtivo, neste momento, assinalar que Lukács defende que as lutas contra estranhamentos individuais só ganham sentido realmente emancipatório quando estão dirigidas a um plano da generidade para-si, isto é, voltadas também e/ou principalmente para uma disputa sobre o tipo de sociedade que é não apenas possível, mas sobretudo desejável. Para Lukács, por um lado, a importância de um agir ético deriva do fato de que “não existe luta de classes em que o pró e o contra perante cada forma importante do estranhamento não tenha importância direta ou indireta, decisiva ou episódica” (Lukács, 2013, p. 624). Contudo, “permanece decisivo onde, como e quando sucede de fato uma atuação exemplar a favor da generidade para si, a favor da personalização autêntica dos homens, contra o seu estranhamento” (Lukács, 2013, p. 623).

Uma leitura que julgamos mais condizente com estes apontamentos da ontologia de Lukács é a de Duayer (2012), que também sustenta que o combate a uma forma de estranhamento – ainda que importante – não resulta imediatamente no combate a outros estranhamentos, e que tais lutas ganham sentido efetivamente crítico quando voltadas para uma forma de sociabilidade diferente da capitalista.

Queremos um capitalismo melhor, com saúde pública universal de qualidade, mas que, ainda assim, fora dessa esfera, pode continuar presidindo todas as outras dimensões da vida social? E se a luta for ecológica? Queremos um capitalismo limpo, que respeite a natureza, mas que, respeitoso, continue a comandar um processo infinito de acumulação? E se a luta for educacional? Educação pública de qualidade para todos seria a razão da luta? Mas, atendida a demanda, poderia o capitalismo continuar educando sujeitos aptos a reproduzir suas relações sociais mantidas intactas nas outras esferas? Conclusão: se nada além do capitalismo é crível e, sobretudo, desejável, capaz de seduzir as pessoas, o que exatamente queremos quando fazemos a crítica e lutamos contra o *modus operandi* do capitalismo? Nesse sentido, pode-se compreender por que as ações práticas do dissenso se extinguem na indiferença do mesmo continuado mesmo (Duayer, 2012, p. 36).

Em resumo, Mészáros aponta para o caráter romântico da “mediação através da ética” de Lukács e alega que os efeitos das alternativas individuais são nulificados por um “modo necessário de operação dos sistemas do capital” (Mészáros, 2002, p. 490). Ele sustenta sua crítica, sobretudo, na importância das mediações de segunda ordem – que, como também veremos na próxima seção, não são exatamente ignoradas por Lukács. Porém, concordar com as críticas de Mészáros significa descartar, também, a possibilidade de que os indivíduos possam agir no sentido de enfrentar de modo consistente seus estranhamentos. É esse posicionamento que figura no centro da crítica de Mészáros a Lukács, mas nesse ponto a discordância – uma discordância a princípio legítima, como é de se esperar para dois intelectuais de relevo – não é suficiente para atribuir a Lukács uma concepção abstrata e romântica, como a que ele possuiu na juventude. Trata-se, por parte de Mészáros, de um expediente que simplifica uma teoria na verdade muito mais abrangente e complexa do que ele apresenta ao leitor.

Por fim, ao se referir a *Ontologia*, Mészáros reconhece o mérito da obra de Lukács ao desvendar a “relação entre a base material da sociedade e as várias formas de consciência social” (ibidem, p. 469). O problema surgiria no fato de a solução ética para a emancipação proposta por Lukács depender da intervenção das formas específicas de consciência social, isto é, formas ideológicas (como a arte, a filosofia, a política, a ciência *etc.*) sobre uma base material – porque, neste âmbito, alega, as intervenções são nulificadas pelas mediações de segunda ordem<sup>11</sup>. Assim, seria preciso observar que “a margem de manobra ou o espaço de ‘autonomia’ para incorporar os interesses da sociedade civil” aparece cada vez mais limitada/o, devido ao processo da crise estrutural do capital (Oliveira, 2021, p. 45). Para Mészáros, essa situação obliteraria o poder desfetichizador de esferas ideológicas como a da arte e da filosofia, que teria sido sobrevalorizado na teoria de Lukács.

Nesse sentido, a crítica de Mészáros se direciona frontalmente também ao trabalho estético de Lukács, já que é a partir da *Estética* que Lukács aprofunda densamente seu argumento sobre o papel da arte na superação do em-si do ser social, problemática que se desdobra e se aperfeiçoa na *Ontologia*. Não será possível aprofundar a discussão sobre esse âmbito da crítica de Mészáros, porque nenhum dos autores deste artigo se considera suficientemente familiarizado com a (também monumental) obra estética de Lukács. Mas, em linhas muito gerais, nessa obra é defendida uma posição na qual arte e literatura, enquanto esferas ideológicas utilizadas para a resolução de conflitos sociais, são elementos necessários, mas não suficientes, no caminho para a desfetichização humana.

---

<sup>11</sup> Todavia, é interessante notar como o argumento do próprio Mészáros se encaminha para uma solução inserida no plano político-ideológico. Para o autor, dado o elevado grau de autonomia adquirido pelas mediações de segunda ordem no capitalismo, seria preciso realizar uma ruptura definitiva com a *superestrutura legal e política* que legitima a acumulação capitalista. Ou seja, consistiria em realizar uma crítica dessa estrutura estatal estabelecida, sobretudo durante a época de transição, garantindo o fortalecimento do papel de um Estado novo, em um cenário pós-revolucionário (Mészáros, 2002, p. 470).

Para Mészáros, uma vez que essas esferas se encontram circunscritas ao sistema do capital, seus “poderes” de transformação social estariam bastante reduzidos. Assim, seria incoerente depositar esperanças nos complexos em que o “interesse emancipatório é particularmente forte, como acontece sem dúvida no domínio do discurso estético”, pois estes não poderiam responder diretamente às exigências materiais da sociedade. Seriam, portanto, incapazes de influenciar a dinâmica da estrutura social já estabelecida, uma vez que “quanto mais articulada se torna a superestrutura legal e política, mais abrangentemente ela abarca e domina não apenas as práticas materiais reprodutivas da sociedade, mas também as mais variadas ‘formas ideais’ de consciência social” (Mészáros, 2002 p. 469).

Similarmente, Mészáros argumenta que da forma como colocado por Lukács na *Ontologia*, parece ser possível postular a superação da atual vida estranhada recorrendo-se apenas à tomada de consciência individual contra os auto-estranhamentos presentes na vida cotidiana. Assim, escapa a Mészáros a dimensão de que atos de consciência individual orientados ao devir humano também são considerados insuficientes na visão de Lukács<sup>12</sup>. Portanto, a ênfase sobre a necessidade de mobilizar as formas de consciência social revelaria uma hipostasia do papel da ética na superação do capitalismo, articulada, segundo Mészáros, de modo inadequado por Lukács. Contudo, mostramos que Lukács, ao contrário, sustenta que as lutas contra as manifestações dos estranhamentos podem (ou não) adquirir um sentido emancipatório, e alguns elementos de sua teoria do estranhamento que foram muito brevemente considerados nesta seção parecem-nos suficientes para negar que haja em Lukács um simples voluntarismo no plano da ética.

### **3) O caminho concreto do agir teleológico e das escolhas entre alternativas**

Uma das objeções levantadas por Mészáros que mais demanda atenção é sobre a forma como Lukács teria concebido a relação entre o agir teleológico individual e a consolidação de estruturas que escapam ao controle dos indivíduos (relação entre o singular e o universal). Mészáros critica principalmente a formulação lukácsiana de que o indivíduo que age na realidade “escolhe” entre alternativas, uma vez que as alternativas estariam, no atual sistema do capital, atravessadas por mediações de segunda ordem que, como comentamos anteriormente, obstruem ou tornam nula a real capacidade de escolha. Com isso, torna-se impossível alterar o plano econômico/real a partir de decisões entre alternativas. Para o autor:

O modelo de Lukács, pelo qual indivíduos isolados, na qualidade de indivíduos autoconscientes, podem – com as consequências radicalmente reformadoras previsíveis – “escolher entre alternativas”, simplesmente não funciona, pois, no que ele denomina

---

<sup>12</sup> Uma discussão sobre a teoria do estranhamento, alienação e reificação na *Ontologia* pode ser encontrada em Paulo (2022).

“assuntos econômicos”, a questão não é de modo algum realmente “econômica” mas uma questão de relações estruturais de poder politicamente articulada (Mészáros, 2002, p. 484).

No contexto dessa passagem, que condensa muitos pressupostos que precisam e serão discutidos a seguir, o principal alvo de Mészáros é *O presente e o futuro da democratização*<sup>13</sup>, um trabalho escrito por Lukács entre setembro e dezembro de 1968 (ou seja, no mesmo período em que escrevia a *Ontologia*). Lukács enviou o manuscrito ao Partido, que prontamente o censurou e determinou que não fosse publicado. Só em 1988 ele veio à tona “como se a tinta do escritor tivesse secado havia pouco no manuscrito” (Mészáros, 2002, p. 347). Não haveria espaço neste artigo para comentários mais exaustivos para as questões de suma importância levantadas por Lukács nesse texto, mas fica claro que tanto as críticas Mészáros quanto a fundamentação do escrito sobre democratização podem repousar sobre (ou se voltam contra!) as teses elaboradas na *Ontologia*, cuja redação foi interrompida entre setembro e dezembro de 1968 para elaborar o manuscrito sobre a democratização.

Em *Para além do capital*, é possível notar o empenho de Mészáros em afirmar duas proposições, intimamente relacionadas, sobre o “modelo de Lukács”: i) que se trata de uma formulação que permanece em um plano abstrato, ii) que os indivíduos seriam, segundo Lukács, “autoconscientes”. Isso o leva a concluir que o fenômeno de escolher entre alternativas é considerado como algo que compete a indivíduos como se estes fossem completamente autônomos em relação à sociedade ou, mais especificamente, como se fossem imunes às relações políticas que tornariam completamente nulos esses atos de escolhas. Segundo ele, a disputa no plano da ética pela escolha entre essa ou aquela realidade não poderia ser efetivada na prática porque nos encontramos “num mundo preso no círculo vicioso das mediações de segunda ordem do capital” (Mészáros, 2002, p. 491).

De todo modo, pensamos ser possível rejeitar as objeções destacadas no parágrafo anterior, mais uma vez, ressaltando aspectos da teoria que Lukács desenvolveu na *Ontologia*. Esses aspectos seriam: a interrelação entre os complexos da economia e do direito, a delimitação estabelecida pelo conceito de campo de ação de possibilidades e a dinâmica do agir “sob pena de ruína”. Com isso

---

<sup>13</sup> O título original da obra é *Demokratisierung heute und morgen*, traduzido para o inglês como *The process of democratization*, cf. Lukács (1991). *O presente e o futuro da democratização* se trata de um escrito redigido às pressas, tanto porque Lukács sentia a urgente obrigação de combater uma adesão irrestrita à democracia capitalista que batia à porta da Hungria, quanto porque era seu desejo terminar logo esse texto para retomar a redação da *Ontologia*, que era para o filósofo a tarefa mais importante de sua última década de vida<sup>#</sup>. Na primeira parte, uma das preocupações do filósofo é sustentar que cada formação econômica concreta faz emergir um tipo específico e característico de democracia: “O ser real de todos os cidadãos, sua cooperação na vida democrática, está intimamente associado a uma formação econômica específica” (Lukács, 1991, p. 72). Partindo disso, ele declara que, para sociedades socialistas, a alternativa pró democracia burguesa é falsa, e mais adiante acrescenta que “a democracia socialista é o imediato oposto da democracia burguesa” (Lukács, 1991, p. 102). Em resumo, Lukács defende que na sociedade socialista e comunista, ao contrário da capitalista, há a possibilidade de formulação da vida conforme os anseios dos seres humanos, colocando à sua disposição escolhas reais sobre o desenvolvimento econômico (Lukács, 1991, p. 99).

mostramos que a perspectiva do autor da *Ontologia* não é nem abstrata, e nem desconsidera fatores como as relações de poder, que são caras ao argumento de Mészáros (2002).

Antes de mais nada, é preciso considerar o tratamento metodológico que Lukács confere à sua análise. Sua investigação sobre o trabalho no capítulo homônimo, como mencionamos na seção anterior, cumpre o objetivo principal de mostrar como o ser humano pôde vir a ser o que ele é: um ser dotado de existência propriamente social. Em seguida, ao conjunto muito amplo de determinações do trabalho, que ganha o nome de complexo, Lukács acrescenta a linguagem, a educação, a ciência, a religião, o cotidiano, a economia, a guerra, a ideologia, o estranhamento *etc.*, que compõem a existência social, entendida portanto como um “complexo de complexos”<sup>14</sup>. Mais para o fim da análise também é possível observar a estrutura total reorganizada pelo autor como um grande complexo com dois pólos, o indivíduo e a sociedade.

Em passagens extremamente instrutivas do capítulo sobre a ideologia, Lukács explica que mesmo que o movimento global unitário, ou seja, a totalidade, tenha uma relevância ontológica sempre decisiva, é possível examinar cientificamente relações entre fenômenos e conjuntos de fenômenos isolados, isto é, as partes. No quadro da análise dos complexos, Lukács afirma que investigar as partes sem perder de vista a totalidade envolve, resumidamente, três coisas. Primeiro, um esboço adequado da constituição interior dos complexos. Segundo, mostrar como os componentes desse complexo são autônomos em algum nível, i. e., analisar seus elementos mais concretos e específicos. Terceiro, mostrar como, apesar dessa autonomia, sempre relativa, os complexos separados no pensamento ainda se encontram conectados por conta do caráter ontologicamente prioritário da sua constituição interna. Prioridade ontológica significa antecedência na relação de existência, em outras palavras, “algo” que só pode existir por conta de “outro algo” que veio antes, e não uma posição hierárquica diretamente superior ou inferior. Em síntese, a análise de complexos individuais não apaga a relação entre eles e outros complexos e nem com a totalidade. Mas é necessário, afirma Lukács, considerar a dinâmica particular de cada complexo: “não basta o simples ater-se abstrato à totalidade última do processo total e à sua influência determinante sobre os grupos singulares de fenômenos. Fazendo isso, facilmente se pode ficar preso a uma fraseologia abstrata” (Lukács, 2013, p. 554).

---

<sup>14</sup> “Até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações” (Lukács, 2013, p. 162).

Ou seja, conforme o procedimento metodológico empregado por Lukács, é justamente para estabelecer conexões entre as partes componentes do ser social que não sejam uma “fraseologia abstrata” que ele investiga mais pormenorizadamente elementos específicos, como o complexo do estranhamento, o agir individual, as posições teleológicas *etc.* Isso significa que quando o autor trata de escolhas entre alternativas, não está, em momento nenhum, se referindo a “indivíduos isolados” construindo sua própria história<sup>15</sup>.

Enfim, sem nunca perder esse caráter global de vista é que Lukács analisa complexos em suas particularidades e conexões. Dessa forma ele relaciona a reprodução material geral da vida, isto é, o complexo da economia, e a consolidação de estruturas ideológicas voltadas à regulação dessa reprodução, como é o caso do aparato jurídico e do direito, que manifestam as estruturas de poder muito destacadas por Mészáros. Lukács não se refere ao direito, ou à jurisdição, como um “complexo”, mas como uma “esfera” do ser social. Nomenclaturas à parte, o fato é que ele explica o direito e a jurisdição pelo mesmo procedimento que mencionamos nos parágrafos anteriores: como algo dotado de constituição própria, diferenciável e relativamente autônomo em relação ao plano de onde surgiu (a economia), sem nunca, contudo, deixar de estar intimamente conectado a essa origem. Ao contrário, a autonomia relativa que o direito é capaz de obter é justamente o que o torna mais apto a cumprir sua função reguladora da reprodução da vida de forma correspondente às “relações estruturais de poder politicamente articuladas”, como prefere Mészáros. Mas isso só torna essas relações ainda mais vinculadas às questões econômicas, e não algo separado delas<sup>16</sup>. Conforme destaca Lukács, sobre a autonomia do direito:

O próprio desenvolvimento social providencia que daí não resulte nenhuma autonomia absoluta, naturalmente não de modo automático, mas na forma de tarefas a serem cumpridas em cada caso, na forma de reações, atividades *etc.* humanas que surgem a partir delas, não importando se, nessas questões, essa autonomia se torne mais ou menos consciente, não importando o quanto ela seja mediada ou o quanto seja desigual o modo como ela se impõe (Lukács, 2013, p. 249).

Por isso, a recusa de Mészáros, na medida em que separa rigidamente a economia e as estruturas de poder que dela emergem, é que está sustentada em uma concepção isoladora. Tais estruturas nunca se autonomizam totalmente de questões econômicas: é difícil imaginar relações de poder politicamente articuladas que não ganhem nada e favoreçam determinados assuntos

---

<sup>15</sup> Pelo contrário, no capítulo sobre Marx, onde Lukács também discute questões metodológicas, não há muito espaço para dúvida. A história se desenrola no âmbito dos complexos, e não num âmbito individual: “só um complexo pode ter história” (Lukács, 2012, p. 353).

<sup>16</sup> Uma afinidade muito interessante entre direito e economia, apontada por Lukács, é que os indivíduos, em seu cotidiano, medem as consequências jurídicas de seus atos, chances de sucesso, os riscos de fracasso *etc.* de maneira muito semelhante a como se faz nas relações econômicas (Lukács, 2013, 236). Desde quando se avalia, por exemplo, o risco de atravessar um sinal vermelho para ganhar tempo até quando a decisão é sobre prolongar uma greve além do período legalmente estipulado. No mundo moderno, a relação do indivíduo com as normas da sociedade está indissociavelmente atrelada ao aspecto econômico.



econômicos. De toda forma, o que Lukács sustenta é que “em cada sistema de inter-relações dentro de um complexo de ser, como também em cada interação, há um momento predominante” (Lukács, 2013, p. 85), e no caso da interação que acabamos de destacar, o filósofo reconhece, muito firmemente apoiado em Marx, que a economia é o momento predominante<sup>17</sup>.

Por fim, para mostrar como toda essa argumentação chega ao plano mais concreto das escolhas entre alternativas, pode-se assinalar, primeiro, que para Lukács o ser humano é um ser que responde a condições de vida, sociedade, família *etc.* muito bem determinadas e que influenciam seus atos, crenças e sentimentos “do nascimento ao túmulo”. Essas influências compõem um campo de ação previamente estabelecido para as respostas que o indivíduo pode oferecer a cada situação concreta. Mas, por outro lado, o que Lukács diz é simplesmente que ao indivíduo que responde sempre é permitido, no limite, “um sim ou um não (ou uma ‘abstenção do voto’) à pergunta posta pela sociedade” (Lukács, 2013, p. 287). Mais do que isso, as relações de necessidade, isto é, as relações causais do tipo “se x, então y”, no âmbito social só podem se efetivar quando atuam sobre e através da escolha entre alternativas por parte dos indivíduos – ao contrário da necessidade que rege os fenômenos naturais, essa sim dotada de um “certo automatismo” (Lukács, 2013, p. 590). Lukács frequentemente alerta que conceber a necessidade social como algo irresistível é característico ou de concepções materialistas vulgares, ou de sistemas categoriais como o hegeliano – concepções das quais ele procura se afastar<sup>18</sup>.

Quando a necessidade é imposta aos indivíduos, para especificar ainda mais os contornos das escolhas entre alternativas, sucede que os indivíduos precisam exercer suas escolhas e decisões “sob pena de ruína”: as tendências econômicas atuam de forma tão intensa que as tarefas e questões levantadas na vida das pessoas singulares exigem respostas e soluções “de modos bem determinados, economicamente prescritos” (Lukács, 2013, p. 618). Por causa da consciência dessas relações, Marx, no primeiro prefácio de *O capital*, alerta que não retrata “com cores róseas” capitalistas e proprietários fundiários, mas eles, assim como trabalhadores, são indivíduos portadores de determinadas relações e classes.

Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele *continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas* (Marx, 2013, p. 80, grifos adicionados).

---

<sup>17</sup> Note-se que essa mesma compreensão geral sustenta a ideia de que tipos diferentes de democracia estejam associadas a formações específicas.

<sup>18</sup> Lukács, ao comentar o sistema categorial hegeliano, enfatiza ainda mais a importância de conceber o âmbito da necessidade causal em sociedade como algo não-automático porque “nessa generalização surge o fantasma da identidade” (Lukács, 2013, p. 144), do qual Lukács claramente se afasta, conforme discutimos, por exemplo, na primeira seção do artigo.

Em outras palavras, um capitalista pode até deixar de se comportar e tomar decisões como capitalista, mas isso o empurrará para a falência, ao passo que o trabalhador que não trabalhe será empurrado para a miséria. Ou seja, quando fala das possibilidades que a alternativa coloca para o indivíduo, Lukács está levando tudo isso em conta, o que o coloca muito distante da concepção extremamente voluntarista e abstrata que Mészáros lhe atribui. Isso poderia ser exaustivamente reforçado neste texto com muitas outras passagens e trechos da *Ontologia*.

Por fim, devemos ainda enfatizar que para Lukács a “autoconsciência”, no sentido de serem oniscientes quanto às consequências de seus atos, não é, de forma nenhuma, uma propriedade intrínseca dos indivíduos. Para isso basta citar apenas uma frase: “a práxis cotidiana está sempre envolta pelo amplo círculo do incognoscível, impossível de ser totalmente controlado” (Lukács, 2013, p. 658). Sendo assim, limites quanto às alternativas sempre fizeram parte da realidade humana, seja por um desconhecimento dos processos básicos da natureza (nas primeiras organizações sociais humanas), seja em decorrência da dominação de ideologias místicas (como a operada pelo catolicismo), ou mesmo decorrentes de outros modos produtivos não capitalistas fundados na exploração do trabalho (como a escravidão antiga). O argumento de Lukács indica que o avanço da humanidade, que pode (ou não) ser em direção à superação da genericidade-em-si, é possível por causa das escolhas entre alternativas, juntamente com o fato de que grupos humanos selecionam aquelas consideradas “corretas” e as empregam como ideologias capazes de resolver conflitos em sociedade. Também no prefácio da primeira edição de *O capital* Marx afirmava, observando transformações ocorridas na Europa e América do Norte, que “a sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de transformação e em constante processo de mudança” (Marx, 2013, p. 80).

Para finalizar, procuramos apresentar a inter-relação das decisões individuais e a transformação social conforme os *Prolegômenos*. Segundo Lukács:

Vemos, de um lado, que cada decisão alternativa de cada trabalhador tomado individualidade pressupõe como base um determinado estágio do desenvolvimento do ser social, e, por outro lado e ao mesmo tempo, que a práxis coletiva assim originada (síntese prática de muitas decisões alternativas pessoais imediatas) não pode ser, em absoluto, mera consequência mecânico-causal direta do desenvolvimento (econômico) social objetivo, e sim pressupõe a decisão individual – por esse motivo variada – de muitos [...] (Lukács, 2010, p. 94-95).

Essa condição da mudança em sociedade faz com que, mesmo que sempre acompanhados pelo “círculo do incognoscível” nas relações do cotidiano, as pessoas tenham que refletir sobre “o presente e o futuro da sociedade na qual, mediado por tais decisões, ele se reproduz individualmente, como ele a deseja enquanto ser, que direção do processo corresponde a suas ideias sobre o curso favorável de sua própria vida e da de seus semelhantes” (ibidem, p. 95). Portanto, o essencial da ética lukácsiana que é rejeitado por Mészáros parece ter origem numa incompreensão sobre o verdadeiro significado da economia, do trabalho e do agir individual na *Ontologia* de Lukács, responsáveis por

operar a ligação de cada singularidade com a formação da genericidade. De toda forma, mostramos também que há uma série de mediações interpostas entre o agir individual e sua efetividade social, com o que concluímos que não procedem uma grande parte das inferências gerais de Mészáros sobre a obra ontológica de Lukács: nem ele considera o indivíduo em abstrato, com capacidades que independem da sociedade, e nem há razão em alegar uma espécie de autoconsciência inata do indivíduo. O que Lukács sustenta, tanto na *Ontologia* quanto no escrito sobre a democratização que mencionamos no início desta seção, é que as pessoas são chamadas a tentar compreender em maior ou menor medida como suas ações repercutem em um plano histórico-social: o que ele chama de democratização socialista, por exemplo, cumpriria um papel no sentido de potencializar esses efeitos e a apreensão deles por parte das pessoas.

É importante recordar que Mészáros recusa o argumento de Lukács, sustentando que este não considerou as “mediações de segunda ordem”, mas a ideia não é estranha à Lukács:

Quanto mais desenvolvida, quanto mais social for uma formação econômica, tanto mais complexos são os sistemas de mediação que ela precisa construir dentro e em torno de si, embora todos eles de algum modo se encontrem em interação com a autorreprodução do homem, com o metabolismo com a natureza, permanecendo relacionados com ele e sendo constituídos de tal modo que em resposta o influenciem simultaneamente no sentido de promovê-lo ou inibi-lo. Nesses casos, está igualmente claro que partes importantes da superestrutura, bastando pensar no direito ou na política, estão intimamente ligadas a esse metabolismo, encontrando-se numa inter-relação íntima com ele (Lukács, 2013, p. 384).

A diferenciação de mediações cada vez mais complexas, portanto, também é uma questão analisada por Lukács. A diferença é que ao invés de entender que estruturas de mediação como ideologia, política *etc.* se desvinculam do agir individual, ele entende (adequadamente, ao nosso ver) que tais estruturas sempre repousam sobre práticas que as afirmam ou não. Na próxima seção, analisaremos, por fim, um último aspecto que consideramos importante para compreender o conjunto da crítica que Mészáros dirige a Lukács. Nos referimos à suposta ausência de avaliações críticas de Lukács em relação a diversos aspectos do stalinismo, uma alegação que atravessa com frequência a linha argumentativa de *Para além do capital*.

#### **4) Posicionamento brando de Lukács diante do stalinismo?**

Como mencionado, todo esse argumento de Mészáros é acompanhado de severas críticas ao posicionamento de Lukács em relação à experiência histórica do stalinismo. Para ele, o problema principal residiria no fato de que, por décadas, Lukács teria se omitido de questionar muitas das alterações econômicas e ideológicas desencadeadas na sociedade pós-revolucionária soviética, especialmente em seu período stalinista. Um desses exemplos, para Mészáros, seria a posição acrítica de Lukács em relação ao “socialismo em um só país”, aspecto implementado pelo comitê stalinista e defendido por Lukács mesmo em seus últimos escritos (o que também evidencia a sua oposição inalterada em relação à proposta de Trotsky, desde a década de 1920).

Mészáros sustenta que as críticas realizadas por Lukács se encontram restritas ao que ele denomina “consequências *culturais* negativas dos métodos stalinistas” (Mészáros, 2002, p. 477-8, grifos no original). Isso, além de ter contribuído para reduzir a margem de ação da crítica do teórico, também ajudaria a explicar o porquê suas propostas emancipatórias acentuavam a necessidade de reivindicar uma maior autonomia às criações artísticas e literárias – revelando a preocupação de Lukács em resgatar o poder de ação dos intelectuais e artistas no caminho da autêntica emancipação.

Essa questão, para Mészáros, decorre do fato de Lukács ter preservado no interior do seu argumento um elemento da teoria de Lenin: o de que a consciência socialista deveria ser trazida “de fora” para o interior movimento dos trabalhadores – o que Mészáros considera um erro grave. Isso porque, segundo o autor, essa formulação permite estabelecer uma concepção sobre o processo revolucionário que normatiza a separação entre os “intelectuais socialmente conscientes” e a massa “falsamente consciente”.<sup>19</sup> Além disso, Lukács deveria ter observado que esse princípio foi utilizado por Lenin em um contexto histórico que exigia uma “orientação estratégica do movimento revolucionário russo em resposta às demandas e limitações de uma conjuntura histórico-política e ideológica específica”, particulares à Rússia da época de *O que fazer?*. Assim, o autor adverte que seria extremamente problemática a “aplicação” deste princípio como modelo da organização revolucionária, passados quase setenta anos desde a publicação da célebre obra de Lenin (ibidem, p. 480-481). Mészáros argumenta que seria preciso realizar um exame crítico da atual situação pós-revolucionária, visto que as circunstâncias conjunturais se modificaram profundamente, especialmente ao se considerar a correlação de forças geopolíticas estabelecida em decorrência do embate entre o bloco socialista e o restante do mundo capitalista – um embate inexistente no início do século XX.

Excetuando casos excepcionais<sup>20</sup>, é impossível não perceber que Lukács se posiciona contrariamente a maior parte das medidas do regime stalinista, e isso desde seu início. Contudo, essas

---

<sup>19</sup> A posição crítica de Mészáros contra uma consciência “de fora” após o ascenso revolucionário pode ser compreendida na seguinte passagem: “Após a revolução, quando o partido detém as rédeas do poder e o controle social, não pode mais haver qualquer coisa parecida com o ‘de fora’. Este ‘de fora’ – *vis à vis* às massas de trabalhadores – se transforma simultaneamente no hierarquicamente autoperpetuador *de cima*. Assim, a liderança intelectual não pode ser exercida nas sociedades pós-revolucionárias simplesmente ‘de fora’, como acontece sob as circunstâncias de comando capitalista, quando os trabalhadores e intelectuais progressistas são igualmente o objeto deste domínio. Diferentemente, sob as circunstâncias alteradas, a ‘liderança intelectual’ se transforma num *controle político das massas* institucionalizado, exercido *de cima* e imposto com todos os meios à disposição do Estado pós-capitalista. E, claro, esta circunstância negativa, em vista da constituição objetiva e da força determinante das estruturas materiais de poder herdadas, não se torna melhor apenas por ser inevitável na sequência imediata da conquista do poder” (Mészáros, 2002, p. 482, grifos no original).

<sup>20</sup> Um desses exemplos desafortunados aparece em *Essenciais são os livros não escritos*. Em uma pergunta realizada por Ferenc Fehér, na qual Lukács é interpelado a justificar sua afirmação de que “o pior socialismo é melhor do que o melhor capitalismo” (dita em uma entrevista anterior), o autor chega a afirmar que os produtos culturais produzidos durante o stalinismo teriam se distanciado da lógica mercantil estabelecida nos países capitalistas, pelo simples fato de esses produtos terem se tornado mais acessíveis/menos custosos em território soviético. Conforme diz Lukács: “Agora, se examinarmos aquela fase do socialismo em que os métodos extremistas do stalinismo estavam plenamente desenvolvidos

críticas precisaram ser realizadas de forma velada durante um longo período de sua vida, conforme as condições políticas o permitiram realizá-la. Como é sustentado por Netto (2019) e por Tertulian (2007), mesmo de 1930 a 1945, período em que Lukács viveu na URSS e que abarca os anos mais repressivos da era stalinista, é possível perceber que o filósofo húngaro tinha ciência da necessidade de dirigir uma crítica teórica aos métodos empregados pelo comitê de Stalin, sendo que esses questionamentos já aparecem em seus textos deste período (ainda que de maneira sutil).<sup>21</sup>

É evidente, pois, que Lukács lutou contra o stalinismo com as armas que dispunha do ponto de vista teórico, ainda que essa luta não pudesse tomar contornos explícitos à época. O texto *O jovem Hegel* é outro exemplo disso. Essa obra foi concluída em 1938, mas só pôde ser publicada uma década depois, por conta da divergência entre a leitura de Lukács e aquela oficial do partido. Andrei Zhdanov, que naquela época era secretário do PC soviético de Leningrado, próximo de Stalin e uma das figuras mais proeminentes nos expurgos, afirmava que Hegel “era o ideólogo da reação feudal contra a Revolução Francesa”, e como o livro de Lukács sobre Hegel não pôde ser considerado uma exposição dessa ideia simplificadora (para não dizer absurda), não seria nem um pouco prudente publicá-lo (Lukács, 2017, p. 132).

As teses de *O jovem Hegel* podem ser vistas como um preparo para o combate intelectual às imposições do stalinismo – uma crítica que começa a ser formulada já no momento em que o dogmatismo assumia suas piores formas e que foi levada adiante por Lukács desde a publicação dessas ideias até o fim de sua vida. Tertulian destaca de maneira muito precisa, em sua análise, como Lukács se contrapõe ao stalinismo do ponto de vista ético, especialmente na consideração de que o regime e suas imposições subjetivas eram completamente condenáveis. E, além disso, destaca como essa postura crítica encontra referência teórica na crítica feita à ética formalista de Kant, que já era gestada em *O jovem Hegel*, obra redigida durante o período do terror stalinista (Tertulian, 2007, p. 39). Ou seja, as teses de *O jovem Hegel* se distanciam da crença de que Hegel era um simples filósofo conservador e defensor do feudalismo. Mas essas teses também representam uma crítica no âmbito da ética, que podia ser direcionada para os rumos que o stalinismo tomava no momento em que Lukács formulava seu ponto de vista.

---

– esse é o período que, por causa dos grandes processos e por outras razões, é hoje condenado, pode-se dizer, por todos os comunistas e do qual eles se distanciam –, vemos que mesmo nesse período o socialismo sempre insistiu que a cultura não é uma mercadoria. Não por acaso, tudo o que era relevante para a cultura custava muito pouco. O preço dos livros, por exemplo, era igual à metade ou um quarto dos preços de hoje no mundo capitalista” (Lukács, 2020, p. 102).

<sup>21</sup> Como exemplo disso, podemos destacar a denúncia de Lukács sobre os efeitos da burocracia sobre o complexo artístico e literário, presente em seu último ensaio escrito em território soviético, no ano de 1940, denominado *Tribuna do povo ou burocrata*. Nesse texto, como destaca Oldrini, a burocracia enquanto fenômeno político-institucional é reconhecida como causadora da práxis “formalista” imposta sobre a literatura, na qual cabe a espontaneidade gerar nada mais que um “otimismo” de fachada, igualmente burocrático, ineficaz, tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista da propaganda” (Oldrini, 2019, p. 165-166).

Como se sabe, Lukács continua a oferecer até o fim de seus dias argumentos bastante pertinentes na direção da necessária renovação do marxismo face à deturpação stalinista.<sup>22</sup> Em boa parte de seus últimos escritos e entrevistas, o autor é explícito em condenar diversos aspectos do stalinismo, sobretudo o “culto à personalidade” e a problemática manipulação das teses de Marx realizada pelo comitê de Stalin (Lukács, 2013, p. 574). Para ele, essa distorção poderia ser justificada pelo agir político taticista adotado pelo órgão central do partido. Lukács entende como taticismo a adoção da tática à frente da teoria, sendo a teoria adequada conforme a necessidade de justificar as práticas deliberadas pelo *bureau* stalinista. Com essa interpretação, Lukács revela que somente uma teoria mecanicista e abstrata, fundada em princípios universalmente válidos, poderia justificar as práticas stalinistas, uma vez que estas dispensam uma investigação científica sobre os problemas reais, mais do que isso, eram práticas que agiam no sentido de impossibilitar qualquer tipo de intervenção nesse sentido (científico). Uma teoria deste tipo só poderia se distanciar dos princípios fundamentais da teoria social Marx e é nítido que Lukács não somente compreende isso, mas se esforça para livrar a filosofia de Marx das chagas causadas pelo marxismo dito oficial.

Além das fontes que acabamos de mencionar, também seria possível recorrer à diversas outras para mostrar como Lukács explica sua adesão ao regime durante o período stalinista, mas escolhemos selecionar um trecho da entrevista concedida a Edelbert Reif em 1969 porque ela sintetiza, ao nosso ver, também o caráter polêmico dessa questão e mostra como Lukács procura se expor com cuidado, mas permaneceu resolutivo quanto a importância do combate a Hitler, a despeito de muitas tentativas de rotulá-lo de stalinista. Lukács afirma o seguinte:

Creio que não preciso me defender aqui contra a acusação de que sou um entusiasta defensor de Stálin... Mas nunca esquecerei que diante desses dois perigos [Hitler e o “*american way of life*”] – por favor, digo isso com cuidado – apenas a União Soviética stalinista nos salvou (Lukács, 2020, p. 126, reticências do original).

Portanto, tendo em vista a sua vasta produção – especialmente a de sua maturidade –, nos parece difícil sustentar que Lukács tenha se limitado a realizar críticas às questões culturais que marcaram indelevelmente o período stalinista. Lukács inclusive indica, em sua *Ontologia*, que uma crítica detalhada sobre a devastação teórica do marxismo originada pela manipulação stalinista representaria “uma tarefa de extrema atualidade e importância, que teria sob muitos aspectos uma grande significação prática” (Lukács, 2012, p. 302). Isso parece suficiente para compreender os limites de sua análise, uma vez que o autor não objetivou oferecer uma crítica acabada sobre o stalinismo, nem mesmo em sua última obra escrita. De todo modo, a relação de Lukács com o stalinismo e a concepção de consciência adjudicada desenvolvida na *Ontologia* (que por sua vez

---

<sup>22</sup> O que, por exemplo, se revela em *A destruição da razão*, em sua *Carta sobre o stalinismo* e no ensaio *O presente e o futuro da democratização*, datados de 1954, 1963 e 1968, respectivamente.

apresenta diferenças significativas em relação àquela de *HCC*) são temas amplos e polêmicos, para dizer o mínimo. Assim, é evidente que Mészáros utiliza dessas questões para buscar arrimo ao seu argumento contra a resolução ética de Lukács, uma vez que, conforme apresentamos, em *Para além do capital*, ele declaradamente busca contrapô-la.

### **Considerações finais**

O leitor que minimamente conhece a relação pessoal e profissional construída por Lukács e Mészáros pode se surpreender com o teor das críticas dirigidas ao autor da *Ontologia* pelo autor de *Para além do capital*. Como procuramos destacar neste texto, toda a argumentação de Mészáros contra a solução lukácsiana sobre as possibilidades emancipatórias e o fim de uma sociabilidade estranhada é pautada pela rejeição da luta no campo da ética, que, como se sabe, ocupa papel central na teoria de Lukács. Sabemos inclusive que o plano de Lukács seria apresentar uma discussão profunda sobre o assunto com uma *Ética*, como desdobramento das conclusões dos seus textos ontológicos. Lamentavelmente, esse projeto foi interrompido pela morte do autor.

Aqui procuramos argumentar que o essencial dos postulados éticos lukácsianos rejeitados por Mészáros deriva especialmente de uma incompreensão deste autor sobre o verdadeiro significado do trabalho e do agir teleológico, que, como sustenta Lukács, permite a escolha entre alternativas – ainda que não de forma indiscriminada, abstrata, autoconsciente *etc.* Isso impregna todo o argumento de Mészáros, de modo que foram resgatadas diversas passagens da *Ontologia* para evidenciar que suas críticas não a atingem. Para Mészáros, como apresentamos, a posição supostamente romântica de Lukács em relação à ética, as (falsas) abstrações utilizadas para compreender categorias essenciais da *Ontologia* e a suposta desconsideração das “mediações de segunda ordem do capital” seriam responsáveis por inabilitar a crítica de Lukács ao sistema capitalista em geral e mesmo a sua variação soviética.

Nesse sentido, destacamos que uma das conclusões mais polêmicas de Mészáros é a de que Lukács teria sido extremamente moderado ao criticar o stalinismo, uma vez que estaria interessado somente nas consequências culturais negativas desencadeadas naquela sociedade. Argumentamos, ao contrário, que não é factível afirmar que Lukács tenha se limitado a realizar uma crítica ao stalinismo circunscrita ao âmbito cultural, e, além disso, não consideramos razoável exigir da obra ontológica de Lukács uma análise acabada sobre as consequências do stalinismo, uma vez que o autor exprime não ter objetivado oferecer algo do tipo na *Ontologia*.

Um pensador do porte de Mészáros certamente foi capaz de notar as mudanças na perspectiva teórica de Lukács durante as muitas décadas em que o filósofo produziu no interior da tradição marxista. Contudo, as discussões indicaram, em maior ou menor medida, uma associação exagerada,

por parte de Mészáros, entre a juventude e as últimas obras de Lukács. Como considerações conclusivas, mas que ainda precisam ser trabalhadas, podemos sugerir que as considerações de *Para além do capital* estão muito profundamente vinculadas a tese de Mészáros segundo a qual não há nenhuma “ruptura radical” na concepção teórica de Lukács – uma tese que ele defende, pelo menos, desde *O conceito de dialética em Lukács*. Esse texto manifesta o esforço do autor em buscar correspondências entre a produção da juventude e a da maturidade de Lukács. Conforme vimos, um exemplo dessa perspectiva que salta aos olhos em *Para além do capital* é a tese de que há um novo sujeito-objeto idêntico na formulação lukácsiana sobre o trabalho, apresentada na *Ontologia*.

É no mínimo curioso que Mészáros, ao se referir ao ensaio *O presente e o futuro da democratização* (que, como se sabe, só obteve aval para ser publicado 20 anos após Lukács tê-lo escrito), reclame que o texto fosse tomado “como se a tinta tivesse acabado de secar”. Isso porque o próprio Mészáros age de forma semelhante, quando resgata diversos elementos das obras da juventude de Lukács e os hipostasia em suas considerações sobre o último grande trabalho de seu antigo orientador. Como consequência disso, podemos dizer que o significado da obra ontológica de Lukács é ainda um tanto desconhecido por Mészáros (o que também se revela, diga-se de passagem, para muitos dos ex-alunos de Lukács frequentadores da “Escola de Budapeste”). Por isso, neste texto, acentuamos a necessidade de livrar as teses ontológicas de Lukács das críticas que a elas foram dirigidas e que aqui foram sumariamente apresentadas. Reforçamos que um resgate acurado do argumento da *Ontologia* é imprescindível para que se compreenda as possibilidades de ação concretas do ser social em direção à emancipação, sendo impossível eliminar a ética desta investigação.

#### **Referências:**

- ARAÚJO, Paulo Henrique Furtado de. Glosas sobre alguns aspectos gerais do estranhamento (*entfremdung*) em *Para uma ontologia do ser social* de Lukács. *Anuário Lukács*, 2023 (no prelo).
- BONENTE, Bianca Imbiriba; MEDEIROS, João Leonardo. Lukács e o teste de Rorschach da Ontologia: a “lei do valor” como fundamento dinâmico da vida social. In: *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia Política*, 2022, Uberlândia. Disponível em: [https://www.sep.org.br/01\\_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos-aprovados](https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos-aprovados). Acessado pela última vez em 07/03/2023.
- DEL ROIO, Marcos. Mészáros e Lukács, artigo-homenagem. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 54, n. 2, 2017.
- DUAYER, Mario. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, 2012, pp. 35-47.



- DUAYER, Mario; ESCURRA, Maria Fernanda; SIQUEIRA, Andrea Vieira. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jun. 2013.
- LUKÁCS, György. *The process of democratization*. Tradução de Susanne Bernhardt e Norman Levine. Albany: State University of New York Press, 1991.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LUKÁCS, György. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- LUKÁCS, György. *Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I*. São Paulo: Boitempo editorial, 2013
- MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NETTO, José Paulo. Lukács e a problemática cultural da era stalinista. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, abr. 2019. pp. 303-38.
- OLDRINI, Guido. *Os marxistas e as artes: princípios de metodologia crítica marxista*. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.
- OLIVEIRA, Marcio Roberto. *A guerra às drogas como complexo ideológico do capitalismo contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021, 148 p.
- PAULO, Sávio Freitas. Estranhamento, alienação e reificação: uma análise da primeira e da última obras marxistas de Lukács. *Marx e o Marxismo*, v. 10, n. 18, pp. 52-68, 2022.
- TERTULIAN, Nicolas. Lukács e o stalinismo. *Verinotio*, n. 7, 2007, pp. 1-40.
- TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à *Ontologia do ser social*, de Lukács. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n. 3, 1996, pp. 54-69.
- VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. “Apresentação”. In: LUKÁCS, György. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.